

Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS e Certificação Profissional

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: 21 e 22 de junho de 2023

Local: sede do Manaus Previdência-Manaus-AM

Pauta:

- Recepção dos novos membros da Comissão;
- Melhorias na Certificação Institucional do Pró-Gestão RPPS e na Certificação dos Dirigentes e Conselheiros: constituição dos Grupos de Trabalho – GT;
- Análise de situações trazidas pelos entes para eventuais ajustes no Manual da Certificação Institucional do Pró-Gestão RPPS;
- Temas sugeridos pelos membros da Comissão;
- ICSS e ABRAAPP – apresentação sobre a estrutura de gestão e governança das EFC, previdência complementar dos servidores, além de sugestão de melhoria para o conteúdo programático da certificação dos membros do comitê de investimentos, visando subsidiar o GT responsável pela revisão do conteúdo programático da Certificação dos Dirigentes e Conselheiros.

Memória da reunião: Verificada a presença da maioria dos membros, o Presidente da Comissão do Pró-Gestão RPPS Miguel Chaves, iniciou agradecendo a presença dos membros, declarou aberta a 10ª Reunião ordinária da Comissão, com a participação dos membros conforme lista de presença

anexada a ata. Antes do início da reunião a Daniela gestora do ManausPrev convidou os membros a conhecerem a estrutura e funcionamento do Instituto, nos dando uma visão ampla do funcionamento do RPPS. A visita e conhecimento aos diversos setores do órgão foi muito importante para que a comissão conhecesse o funcionamento do RPPS que possui o nível IV do Pro-Gestão, auxiliando na orientação de entes que venham vislumbrar o alcance do nível máximo da certificação. Foi feita breve apresentação dos novos membros incluídos pela Portaria 1110/2023 visando melhor interação, ainda que tenha havido apresentação de forma virtual durante a reunião do dia 07/06. Prosseguindo deu-se início a pauta com a análise do quadro de conteudista da ABIPEM apresentado em 19/05/2023. Foi verificado pela análise dos currículos, que os profissionais indicados atendem a qualificação técnica exigida no manual da certificação profissional, salvo um caso de vedação, que foi notificada a entidade certificadora. Dando continuidade, foi colocada a necessidade de avaliação da atuação das entidades certificadoras, sendo aprovado a implementação de um breve questionário a ser enviado aos profissionais que foram submetidos às provas a fim de colher subsídios para melhor acompanhamento pela Comissão do desempenho das entidades, além de receber sugestões dos envolvidos (associações e profissionais) no tocante a revisão do manual e atualização dos conteúdos programáticos. O foco será ainda identificar eventuais práticas de conflito de interesses, visando verificar a lisura das certificações emitidas ou envolvimento de entidade certificadora com parceiros/empresas que realizam capacitação/treinamentos para exame por provas ou eventos de capacitação/atualização aproveitados para o programa de qualificação continuada. Foi aprovado ainda a criação de formulário para as associações de RPPS que estão oferecendo capacitações para os exames por provas, considerando que têm melhores oportunidades para receber o *feedback* dos profissionais contratados que atuam como professores nesses treinamentos, bem como dos profissionais/alunos desses cursos, além da oportunidade de verificar práticas realizadas no mercado/concorrência que poderão agregar na atuação da Comissão no acompanhamento das entidades certificadoras. Miguel sugeriu a composição de grupos de trabalhos para tratar de diversas questões voltadas aos manuais das certificações institucional e profissional e assim serem levadas a deliberação geral da comissão para fins de implementação. No

exercício de 2022, foram constituídos diversos GT, todos com diversos membros, mas pelas circunstâncias daquele momento (eleições, transições na SRPPS, entre outros) não avançaram com resultados. A ideia agora, é voltar a constituir os GT, mas com poucos membros, no máximo 3 membros, além de definirmos prazo para apresentar o objeto do trabalho. Para cada GT, deverá ter pelo menos um membro do DRPPS, como forma de auxiliar os trabalhos, nas situações de providências internas, marcação de reuniões via Teams e demais encaminhamentos. Foram constituídos os seguintes grupos relacionados a Certificação Profissional: Revisão do Conteúdo programático da certificação profissional, considerando todo conteúdo, menos a parte de investimentos, pois as atividades do GT de Investimentos criado pela Portaria MPS Nº 1643, de 16 de maio de 2023 deverão concluir seus trabalhos até o dia 01/12/2023, podendo ser prorrogado, causando impacto no conteúdo. Finalizada a primeira etapa dos trabalhos será aberto um prazo para os demais membros apresentarem sugestões, para, finalmente, ser incluído na pauta de deliberação e divulgação com emissão de portaria, constituindo uma nova versão do manual. GT para visitas para acompanhamento da atuação das entidades certificadoras, após o resultado da pesquisa realizada com os profissionais que já se submeteram as provas. GT para propor regulação para os casos de dispensa de certificação, tais como para membros de conselhos que são governadores, presidentes de TCEs, etc. Esse grupo irá ainda avaliar as condições para aceite de cursos para o Programa de Qualificação Continuada e eventos quanto a necessidade de a entidade promotora do evento de capacitação/atualização comprovar a existência de controle de frequência e o aproveitamento mínimo para fins de aceite dos certificados emitidos. GT para revisão do manual do Pró-Gestão que terá vigência em 2024, analisar os diversos casos práticos enviados pelos entes federativos e membros da comissão. Todas as questões registradas vivenciadas pelos entes serão analisadas preliminarmente pelo GT e posteriormente levadas para deliberação da Comissão, caso demandem mudança nas ações propostas em cada nível. Foi criado ainda, o GT para visitas de acompanhamento às entidades certificadoras do Pro-Gestão com o objetivo de acompanhar o trabalho que está sendo feito junto aos entes na obtenção da certificação. Retomado o Grupo de Trabalho que visa propor ações alternativas para os RPPS constituídos na forma de órgão interno e para aqueles classificados no ISP, conforme o porte:

Porte Especial, Grande Porte, Médio Porte e Pequeno Porte, sendo que as ações alternativas não poderão prejudicar o objetivo idealizado para cada Ação das Dimensões do Programa (controles internos, governança corporativa e educação previdenciária); Foram discutidas diversas ações no intuito de incrementar as certificações no Pró-Gestão, assim como aumentar a quantidade de entidades certificadoras, considerando que com a publicação da Lei de Responsabilidade Previdenciária, deve aumentar o quantitativo de entes que procuram a certificação institucional, além de outros incentivos que poderão ser criados para possibilitar o incremento das certificações. Será ainda verificada a possibilidade de criação de um informativo com periodicidade a ser definida que leve aos entes as principais notícias da certificação aos entes e profissionais de RPPS. As principais notas estão sendo incluídas no informe mensal dos RPPS expedido pelo DRPPS, que receberá também as sugestões dos membros. No dia 22 de junho, primeira hora, o senhor Guilherme Leão Presidente do ICSS fez apresentação sobre a estrutura de gestão e governança das EFC e previdência complementar dos servidores. A apresentação trouxe subsídios para realizar a revisão no conteúdo programático das certificações, além da possibilidade de inclusão do assunto “previdência complementar dos servidores dos RPPS dos Estados e Municípios”, especialmente para o conteúdo dos Dirigentes e do Conselho Deliberativo, além de outras sugestões que visam o aprimoramento do processo de certificação dos profissionais. Miguel informou que está sendo preparado na CGAUC um modelo de perguntas de respostas do Pro-Gestão para posterior publicação, alguns membros do DRPPS fizeram a análise e o Miguel fará a revisão final para posterior publicação. Tem por objetivo facilitar a interpretação das ações que podem ser mais complexas o entendimento. Criado ainda o GT para visitas às entidades certificadoras do Pró-Gestão, porém preliminarmente será feita pesquisa com os entes certificados para que se possa aproveitar a visita para junto com as entidades certificadoras proporcionar o melhor atendimento aos entes. Márcia solicitou que fosse colocado em pauta duas situações que precisam de deliberação urgente e efeito imediato pois estão prejudicando a renovação e concessão de certificação de entes. O ente foi certificado inicialmente com o nível I, aditou o contrato para certificação no nível III, contratando a entidade certificadora baseada na supervisão presencial de um dia, ocorre que com a mudança da versão do manual 3.4, há exigência de dois

dias de supervisão presencial e o ente não pode mais fazer novo aditivo ao contrato sob pena de ser punido por ultrapassar o teto de gastos. O mesmo ocorreu com outro ente na renovação da certificação tendo se preparado para a versão anterior. O outro caso é de ente que contratou a auditoria em novembro de 2022 para ser feita não presencial pequeno porte certificação nível I até então permitido pela versão 3.3. Ocorre que com a alteração na versão 3.4 as auditorias não presenciais não são mais permitidas e dado final do ano, não foi possível agendar a auditoria ainda em 2022. Para que se possa evitar tais transtornos e impedimentos na certificação, ficou deliberado que para fins de auditoria de certificação, o RPPS poderá optar pelas regras e ações do Manual vigente da época da contratação da entidade certificadora ou o Manual vigente quando da realização da auditoria de certificação ou supervisão. Será enviado comunicado às entidades certificadoras para efeito imediato. Repise-se que a ação será permitida apenas para os entes que já tenham feito a contratação com a certificadora antes da edição da nova versão. Foi ainda colocada situação ocorrida com entidade certificadora que emitiu certificado nível III com validade de doze meses, considerando que o ente se recusou a inserir no termo de referência da contratação, as auditorias de supervisão obrigatórias para os níveis III e IV. A deliberação foi pela não aceitação da certificação, devendo a entidade certificadora ser notificada para adoção de providências corretivas da situação. Por fim, considerando a quantidade de sugestões/situações vindas dos entes que demandam a revisão mais acurada do manual, e ainda o adiantado da hora, 17h30 do segundo dia de reunião, ficou deliberado que serão compilados todos os casos apontados para discussão do GT revisão do manual do Pró-Gestão que terá até o dia 31/10 para concluir os trabalhos para que sejam levadas à deliberação, considerando que as alterações no Manual do Pró-Gestão RPPS entrarão em vigor no exercício seguinte ao de sua aprovação pela Comissão, após a publicação da nova versão na internet, conforme determina o manual.

AVISOS GERAIS:

Foi agendada reunião remota no dia 14 de agosto às 10h, para deliberação da documentação apresentada pela entidade ICV Brasil, Inspeção, Certificação e Vistorias Ltda como certificadora institucional do Pró-Gestão.

Concluído os avisos finais, o Presidente abriu a palavra para saber se havia mais algum tema a ser discutido.

Encerramento: Não havendo mais pronunciamento, o presidente deu por encerrada a reunião às 17h50 agradecendo a todos pela reunião, em especial a Daniela pela recepção e apoio com infraestrutura para realização da reunião, muito proveitosa para as implementações das duas certificações.

Manaus (AM), dias 21 e 22 de junho de 2023.

Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária Executiva



Reunião Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão e Certificação Profissional - 21 e 22 de junho 2023- Manaus-AM- sede do Manaus Previdência

Membro Participante	Órgão	Dia 21/06/2023	Dia 22/06/2023
Charles Souza Lima	MPS	-x-	-x-
Daniel Kravetz	PARANAPREVIDENCIA	-x-	-x-
Daniel Leandro Boccardo	APEPREM-SP	-x-	-x-
Daniel Ribeiro Silva	FUMPRES-SALVADOR	-x-	-x-
Daniela Cristina da Eira Correa Benayon	MANAUS PREVIDENCIA	Daniela Benayon	Daniela Benayon
Francisco Henrique Ramires de Barros Barreto	TCE-PE	F. Barreto	F. Barreto
Gilvan Cândido da Silva	GOIÁS PREVIDENCIA	G. Silva	G. Silva
Gustavo Lopes Sinay Neves	MPS	G. Neves	G. Neves
Janaína Danielly Cavalcante Silva Bulhões	TCE-RN	J. Bulhões	J. Bulhões
Leonice Rosina	TCE-MS	L. Rosina	L. Rosina
Luciano Marques Silva	MPS	L. Marques	L. Marques
Márcia Lúcia Paes Caldas	MPS	M. Caldas	M. Caldas
Marcos Ferreira da Silva	TCE-RJ	-x-	-x-
Maria Silvana Barbosa Frigo	APEPREV-PR	M. Frigo	M. Frigo
Miguel Antonio Fernandes Chaves	MPS	M. Chaves	M. Chaves
Renan da Silva Aguiar	PREVIMPA-POA-RS	R. Aguiar	R. Aguiar
Renato Canteiro Garcia Lhamas	ESTADO MARANHÃO	-x-	-x-